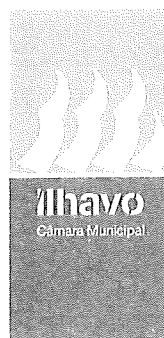


Câmara  
Municipal de Ílhavo

Av. 25 de Abril  
3830 - 044 Ílhavo

www.cm-ilhavo.pt  
geralcmi@cm-ilhavo.pt

Tel.: +351 234 329 600  
Fax: +351 234 329 601



o mar por tradição

## DESPACHO

### Autorização para acumulação de funções - 2019

#### Considerando:

- 1) Que o exercício de funções públicas é, em regra, feito em exclusividade, nos termos do artigo 20.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, podendo no entanto, ser autorizado o exercício de outras funções, públicas ou privadas, em acumulação.
- 2) Que a acumulação de funções, nos termos do artigo 23.º do referido diploma legal, depende de prévia autorização da entidade competente.
- 3) Que, atenta a lógica de anualidade que deve ser imposta nesta matéria, importa regularizar as situações de acumulação de funções a ocorrer durante o ano de 2019.

#### Determino:

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, e para os efeitos previstos nos artigos 19.º e seguintes do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, com as devidas alterações, que:

I- Pode ser autorizado o exercício, em acumulação, de funções ou atividades privadas, exercidas em regime de trabalho autónomo ou subordinado, com ou sem remuneração, concorrentes, similares ou conflituantes, desde que:

- a) Não sejam legalmente incompatíveis com as funções públicas;
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;
- c) Não comprometam a isenção e imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;
- d) Não provoquem prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

II-A acumulação de funções públicas com outras funções públicas ou privadas depende de prévia autorização, devendo ser apresentado pelos interessados requerimento, previamente ao seu exercício e anualmente, onde tem que constar:

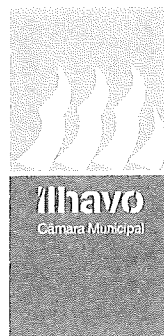
- Local do exercício da função ou atividade a acumular;
- Horário em que ela se deve exercer, quando aplicável;
- Remuneração a auferir, quando aplicável;
- Natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e respetivo conteúdo;

Câmara  
Municipal de Ílhavo

Av. 25 de Abril  
3830 - 044 Ílhavo

www.cm-ilhavo.pt  
geralcmi@cm-ilhavo.pt

Tel.: +351 234 329 600  
Fax: +351 234 329 601



o mar por tradição

- Justificação do manifesto interesse público na acumulação, quando aplicável;
- Justificação da inexistência de conflito com as funções públicas, quando aplicável;
- Compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito;

III- O incumprimento desta obrigatoriedade de dedicação exclusiva representa uma violação dos deveres disciplinares por parte do trabalhador, e pode dar lugar a uma pena de suspensão e até de demissão no caso de reincidência, nos termos disciplinares.

IV- Visa-se genericamente a eficiência no exercício das funções públicas e proteger a independência e a transparência do seu exercício, bem como o respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade da administração pública (art.º 266.º da Constituição da República Portuguesa).

V- Para o presente ano de 2019 devem os requerimentos ser apresentados pelos trabalhadores aos respetivos dirigentes até ao próximo dia 20 de março, para efeitos de informação/parecer.

O processo deverá ser enviado para meu despacho, pela DAG/SORH, até dia 31 de março do corrente ano.

VI- Se ocorrer alguma situação de acumulação de funções após esta última data, e apenas nessa circunstância, deve ser instruído requerimento a título excecional que será informado e despachado no período de oito dias.

Divulgue-se pela estrutura municipal.

Cumpra-se.

Ílhavo, 11 de março de 2019

O Presidente da Câmara Municipal

Fernando Fidalgo Caçóilo